



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2004

Aos vinte e três dias do mês de Dezembro, de dois mil e quatro, no salão nobre dos Paços do concelho, sito no Largo da República desta cidade, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os senhores Deputados: Adélio Amaro, Lia Ferreira, Diamantino Caçador, Paulo Marques e José Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia da Memória.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a Senhora Presidente, Dr.^a Isabel Damasceno Campos e os senhores Vereadores: Eng.º Fernando Carvalho, Dr.^a Neusa Magalhães, Dr. Gonçalo Lopes, Dr. Paulo Rabaça e Dr.^a Manuela Graça Santos. Estiveram ausentes os senhores Vereadores : Dr. Vítor Lourenço, Dr. Helder Roque e Eng.^a Isabel Gonçalves.

A sessão foi presidida pelo Dr. José António Sousa e Silva, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores Deputados: Paulo Reis, 1º Secretário e Armando Cardoso, 2º Secretário da Mesa.

Havendo "quorum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 20.30 horas, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**

1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO (2005-2008) E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2005 DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA - Apreciação, discussão e votação;
3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO (2005-2008) E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2005 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA - Apreciação, discussão e votação;
4. 2ª REVISÃO (34ª MODIFICAÇÃO) ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2004 DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;



5. FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM - Apreciação, discussão e votação;
6. NOMEAÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA PARA A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LEIRIA (MANDATO DE 2004/2005)- apreciação e votação;
7. PLANO DE PORMENOR DA ALMUINHA GRANDE – ALTERAÇÕES SUJEITAS A REGIME SIMPLIFICADO – Apreciação, discussão e votação;
8. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA – Apreciação, discussão e votação;

RESUMO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DE 17.09.04 A 16.12.04

ENTIDADE	ASSUNTO	DESPACHO
EMÍLIA DE JESUS R. DOS SANTOS	SOLICITA INTERVENÇÃO FISCALIZADORA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REFERENTE A EXPOSIÇÃO SOBRE UMA CONSTRUÇÃO NA AV. ADELINO AMARO DA COSTA	AO RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO PARA INFORMAR O QUE TIVER POR CONVENIENTE
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA CML	INFORMA QUE A CONSTRUÇÃO CUMPRE COM O PROJECTO APROVADO	INFORMAR O MUNICÍPE EM CONFORMIDADE
JUNTA DE FREGUESIA DE AMOR	XX ENCONTRO DE FREGUESIAS – CONVITE	TOMEI CONHECIMENTO
GABINETE DO MINISTRO DA SAÚDE	INFORMA QUE FOI COLOCADO UM MÉDICO NO CENTRO DE SAÚDE DA BAJOUCA	IDEM
CML	REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – CONVITE	AO 1º SECRETÁRIO PARA REPRESENTAR O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NA REUNIÃO
IGAT	SOLICITA QUE SEJAM PRESTADOS OS DEVIDOS ESCLARECIMENTOS RELATIVAMENTE À EXPOSIÇÃO DO SR. VEREADOR GONÇALO LOPES	TOMEI CONHECIMENTO
TRIBUNAL DE CONTAS	ENVIA CÓPIA DO RELATÓRIO DE AUDITORIA RESPEITANTE A CONTRATOS FINANCEIROS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	IDEM



ANTÓNIO JOSÉ F. MARCELINO LOPES	ENVIA EXPOSIÇÃO REFERENTE À CONSTRUÇÃO NA AV. DR. ADELINO AMARO DA COSTA	AO SR. VEREADOR ENG.º FERNANDO CARVALHO PARA INFORMAR O QUE TIVER POR CONVENIENTE
ANMP	QUEBRA DE COBRANÇA DE SISA EM 2003 -	TOMEI CONHECIMENTO
CML	INFORMA SOBRE A ALTERAÇÃO DA HORA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA	TOMEI CONHECIMENTO. INFORMAR O 1º SECRETÁRIO
IPL	ENVIA REVISTA POLITÉCNICA	TOMEI CONHECIMENTO
ANMP	ENCONTRO/DEBATE – PROPOSTAS LEGISLATIVAS DA COMISSÃO EUROPEIA PARA A REFORMA DA POLÍTICA DE COESÃO – 2007-2013	IDEM
ANMP	PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS – NOVOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO?- ENVIA CÓPIA DE RELATÓRIO	IDEM
ANMP	ENVIA BOLETIM MENSAL	IDEM
FOLHETO – EDIÇÕES & DESIGN	CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DO LIVRO “COLMEIAS: UMA ORIGEM, UM ESPAÇO, UM CAMINHO”	IDEM
DR. MAPRIL BERNARDES	REQUER CERTIDÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA SESSÃO DA A.SSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 15/09/99, EM QUE FOI FIXADA A DERRAMA	EMITIR A CERTIDÃO EM CONFORMIDADE COM O PEDIDO
CML E ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	CONVITE PARA O CONGRESSO INTERNACIONAL - AS CORTES E O PARLAMENTO EM PORTUGAL	TOMEI CONHECIMENTO
CML	CONVITE PARA A INAUGURAÇÃO DA ALDEIA DE NATAL	IDEM
LEIRISPORT	CONVITE PARA A CERIMÓNIA DO 1º ANIVERSÁRIO DA INAUGURAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL, APÓS AS OBRAS DE REMODELAÇÃO	IDEM
CML E DIRECÇÃO NACIONAL DA ASSOC. DOS DEFICIENTES DA	CONVITE PARA A INAUGURAÇÃO DO “MONUMENTO À MULHER” – DIA 8/12/04	IDEM



FORÇAS ARMADAS		
CML	CONVITE PARA O JANTAR E CERIMÓNIA DE ENTREGA DOS GALARDÕES MUNICIPAIS DO DESPORTO DA ÉPOCA 2003/2004	TOMEI CONHECIMENTO
JUNTA FREGUESIA DE REGUEIRA D EPONTES	CONVITE PARA XXIII ENCONTRO DE JUNTAS DE FREGUESIA	TOMEI CONHECIMENTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA	ENVIO DE MOÇÃO "PROCESSO LEGISLATIVO E POLÍTICO DE CRIAÇÃO DAS NOVAS COMUNIDADES ADMINISTRATIVAS"	IDEM
ESTABELECIMENTO PRISIONAL REGIONAL DE LEIRIA	FESTA DO RECLUSO DO EPR – CONVITE	IDEM

ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Boa noite Srs. Deputados!

Havendo quorum, vamos dar início à nossa sessão.

Senhoras e senhores Deputados, justificaram a sua ausência a esta sessão, os senhores Deputados Adélio Amaro e José Esperança Lourenço, que indica para sua substituição a senhora Deputada Rute Pinho, que ainda não se encontra presente.

Para ocupar o lugar do 2º Secretário da Mesa, se ninguém se opuser, chamo o Sr. Deputado Armando Cardoso.

Gostaria também de informar a Assembleia, que a Mesa recebeu um ofício da Comissão de Protecção a Crianças e Jovens, no qual informam que por lapso, no primeiro ofício, foi solicitada a indicação de dois cidadãos eleitores para representação deste órgão na Comissão, quando efectivamente deverão ser quatro cidadãos eleitores. Portanto era este esclarecimento que vos queria dar, uma vez que, este ofício foi recebido posteriormente à remessa dos outros documentos .

Ainda relativamente ao expediente recebido, que não consta do resumo que foi enviado, queria dar-vos conhecimento de uma carta enviada pelo Presidente da Direcção do CEPAE, no qual manifesta o interesse em que esta associação integre o



Conselho Municipal do Centro Histórico. A Mesa, não vê qualquer inconveniente relativamente a esta pretensão.

Seguidamente, iríamos passar à apreciação, discussão e votação das actas das sessões de 30 de Setembro e 29 de Outubro.

Alguém se deseja inscrever?

Não havendo inscrições vamos passar à votação!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

As actas das sessões de 30 de Setembro e 29 de Outubro de 2004, foram aprovadas por unanimidade.

Relativamente ao resumo da correspondência recebida, julgo que todos os senhores Deputados receberam um exemplar desse resumo, no entanto, se alguém desejar consultar algum documento, poderá dirigir-se à Mesa e solicitá-lo.

Vamos agora passar ao período para pedir esclarecimentos e fazer perguntas orais à Sr.^a Presidente da Câmara.

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições, pergunto à Sr.^a Presidente se deseja intervir? Não!

Passamos então ao período de intervenções de carácter político, sobre assuntos de interesse para o concelho.

Estão abertas as inscrições!

Inscribe-se o senhor Deputado Manuel Carvalho, faça favor.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia de Azoia)

Boa noite!

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Azoia.

Excelentíssima senhora Presidente da Câmara, Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, caros colegas.

Venho aqui apenas para expressar três notas de regozijo, que se prendem com alguns eventos que a Câmara Municipal levou a efeito recentemente.

Um que me interessou particularmente, pela maneira como foi elaborado e pela maneira como decorreu, merece os meus parabéns. Refiro-me concretamente, às comemorações dos setecentos e cinquenta anos das Cortes em Leiria e do evento que foi o congresso internacional no âmbito dessas mesmas comemorações.



Este evento, que foi organizado pela Câmara Municipal de Leiria em parceria com a Assembleia da República, foi uma extraordinária lição de história. Quer pelos convidados palestrantes que vieram a Leiria, quer pelas pessoas que nele participaram. Isto é de facto sinal que, quem organiza este tipo de evento considera que a memória não deve ser esquecida porque faz parte da cultura e da história de um povo e portanto, sem memória não há bem estar nem a civilização de uma cultura que todos nós desejamos. Mais uma vez os meus parabéns pelo evento, que decorreu muito bem e no qual tive muito gosto em participar.

Uma outra nota que gostaria de deixar, é relativamente à oportunidade que a Câmara Municipal de Leiria teve para a apresentação de candidaturas ao programa AGRIS, que diz respeito aos caminhos florestais para permitir o combate aos incêndios que todos os anos nos têm assolado e que de facto, se torna necessário no futuro evitar. Estes caminhos florestais estão a começar a desenvolver-se na freguesia de Azoia e paralelamente na freguesia da Maceira, nomeadamente na Mata do Rato. Julgo que esta é uma excelente iniciativa e que deve ter uma certa continuidade, porquanto é importante a preservação da floresta e por isso, alertava a autarquia para conjuntamente com o seu departamento jurídico, avaliar a possibilidade de, em termos legais, não permitir a esmo, como tem acontecido, a realização de circuitos de jipes e motos quatro por esses caminhos, porque este tipo de utilização acaba por destruir esses acessos florestais. Neste sentido, apelava à Câmara Municipal para que, aquando do licenciamento dessas actividades desportivas, fosse também pedido um parecer à respectiva Junta de Freguesia.

Uma outra nota, tem a ver com uma notícia que li hoje no Região de Leiria, da qual já me tinha sido dado conhecimento pela Sr.^a Presidente. A Freguesia de Azoia, finalmente, irá ter uma farmácia. Considero que será o presente de Natal para a minha freguesia, porque de facto é uma carência daquela freguesia e será muito bem acarinhada por todos. Só espero que seja de facto uma realidade em 2005 e que não fique no vazio.



Para terminar a minha intervenção, gostaria de manifestar aqui uma preocupação, para a qual pedia à Sr.^a Presidente que, no próximo ano, logo que surja a oportunidade de estar com o senhor Director de Estradas do distrito de Leiria ou com elementos do IEP, que os lembre das promessas que fizeram à freguesia de Azoia relativamente à construção das passagens pedonais. A obra estava prevista acabar em Fevereiro, já não temos muito tempo e até agora não há sinais de que as obras irão ser executadas. Tenho estado em contacto com o senhor Director do IEP, ele disse-me que as obras não estão esquecidas, mas começo a ficar preocupado porque era uma das obras a levar a efeito de imediato, logo que começassem as intervenções naquela estrada.

Era este o pedido que lhe deixava Sr.^a Presidente, é uma preocupação que gostaria de lhe deixar nesta passagem de ano, no sentido de fazer algumas diligências para que a construção da passagem pedonal seja iniciada. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Dava agora a palavra ao Deputado Manuel Marcelino, Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo e a seguir ao senhor Deputado José Miguel Martins.

DEPUTADO MANUEL MARCELINO (Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo)

Boa noite, Manuel Marcelino, Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr.^a Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados.

Uma nota muito breve, uma notícia que a mim pessoalmente me agrada bastante. Trata-se de um projecto que foi aqui votado, em 29 de Junho do corrente ano, e graças ao esforço e boa vontade de alguns senhores Deputados, a elevação a vila da freguesia de Monte Redondo foi aprovada pela Assembleia da República no passado dia 9 de Dezembro .

Sinceramente queria agradecer esta noite ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e Deputado da Assembleia da República, todo o seu empenho e preocupação no encaminhamento deste processo, que terminou em bem e agradeço também a todos os senhores Deputados da Assembleia da República que nele estiveram envolvidos.



Também um agradecimento muito especial à Sr.^a Presidente da Câmara, que teve todo o cuidado e preocupação em saber qual o andamento do processo, desde o início até à sua conclusão.

Era apenas isto que queria comunicar a todos vós e manifestar a minha alegria em nome da vila de Monte Redondo. Por isso o meu muito obrigado a todos.

DEPUTADO JOSÉ MIGUEL MARTINS (PPD/PSD)

José Miguel Martins, PSD.

Antes de mais gostaria de desejar a todos uma alegre quadra festiva.

O motivo que me traz aqui é não só sentimental como de ascendência, na sequência de um trabalho que foi desenvolvido por alunos da Faculdade de Biologia de Lisboa. Esse trabalho foi levado a efeito no vale do Lapedo, local escolhido por estes alunos para um trabalho de curso e lamento que os alunos durante esse trabalho, tenham detectado e alertado para algumas situações que consideraram anómalas, na medida em que estando prevista a passagem a monumento natural, há coisas a rever no Lapedo, tanto mais que, há um certo descontentamento por parte das pessoas que o visitam e que lá habitam. Concerteza que não será responsabilidade da Câmara ou da Junta de Freguesia, ou até mesmo do IPPAR, mas se calhar alguém terá responsabilidades por algumas coisas que lá se passam. Assim sendo, deixava aqui o alerta para a colocação de vedações junto à via pública, limitando a livre circulação das espécies indígenas, nomeadamente raposas, javalis, etc, e algumas outras espécies que, por incrível que pareça, existem de facto. Os alunos foram cuidadosos no levantamento que fizeram, concluindo que as espécies não podem circular. Já agora e provavelmente, isso será da competência dos serviços hidráulicos, dado que existem construções de muros junto da ribeira, que impedem o acesso à água potável desses mesmos animais. Não gostaria que os meus filhos ou os meus netos, viessem no futuro, a assistir à destruição daquele riquíssimo vale à semelhança daquilo que assisti na minha meninice, à destruição da Fonte da Carvalha, no lugar de Falcão, na Gândara dos Olivais, bem como do Ribeiro de Pinto. A Fonte da Carvalha foi noutros tempos, para a população da Gândara dos Olivais e dos Outeiros da Gândara, a principal fonte de abastecimento de água potável . Hoje não existe lá nada, está tudo completamente destruído e deu lugar a uma lixeira horrível.



Portanto seria bom, que as pessoas tivessem um pouco mais de atenção no que respeita à manutenção e conservação do Vale do Lapedo.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Boa noite!

Luís Pinto, Partido Socialista.

Antes de mais e em nome da bancada do Partido Socialista, queria desejar a todos os presentes e respectivas famílias, umas boas festas com votos de felicidade na entrada do novo ano, alargando também estes votos a todos os leirienses.

Uma primeira nota para dizer que, numa altura em que se aguarda o estudo que o Município encomendou acerca das novas superfícies, na minha opinião Leiria necessita e merece pelo menos, mais uma grande superfície. O monopólio que existe neste momento, leva a que a grande superfície que temos, tenha os preços mais elevados do País e em nome dos consumidores do nosso concelho, queria aqui defender a necessidade de podermos escolher um novo empreendimento deste tipo. Já foi apresentado o W-Shopping, parece uma solução que pode ser muito interessante, evidentemente que tem que ser estudada, ver bem as dimensões e tudo isso, haverão outros projectos certamente, é preciso ver aqueles que mais interessam ao concelho, mas é inequívoco, em nome dos consumidores, que é necessário fazer esse investimento e certamente que o estudo o indicará.

Sete anos depois da Sr.^a Presidente ter tomado posse, Leiria continua com o problema das descargas por resolver; A revisão justa do PDM, continua por ser aprovada nesta Assembleia, um conjunto de espaços verdes neste concelho continuam adiados; Sete anos depois, continuamos sem saneamento na esmagadora maioria das freguesias deste concelho e apesar das muitas freguesias com saneamento, não cobrem essas freguesias a cem por cento, estando a ficar para trás precisamente, os locais mais difíceis e porventura onde os investimentos são maiores; Sete anos depois, continuamos sem uns transportes públicos dignos desse nome; Sete anos depois, o problema da habitação social não só não se resolveu como se agravou, temos hoje necessidades acrescidas a esse nível e, poderia alongar-me nestes considerandos, em relação ao tanto que há por fazer e sobretudo em áreas tão fundamentais e que têm a ver com a qualidade de vida da nossa cidade, dos leirienses, das nossas vinte e nove freguesias. Continuamos de facto e olhando inclusivamente para as grandes opções do plano deste ano, sem perceber quais são as estratégias, quando vamos ter a maior



parte destes problemas com respostas, quando é que vamos começar a atacar estes problemas. Parece-nos que falta uma estratégia, falta envolver os leirienses, as suas forças vivas na resolução destas situações. O Centro Histórico continua sem uma estratégia para o seu desenvolvimento, sem medidas concretas e projectos-âncora, que possam desenvolver e retirar os enormes problemas, desde o comércio à habitação, à segurança e aqui se coloca a questão da prioridade do IC 36, pelo menos com a veemência que há três anos atrás vi a Sr.^a Presidente defender, até propôs encabeçar uma manifestação na altura, se o Governo PS não avançasse com essa solução para a altura do EURO 2004, tomaria posições. Não vemos posições da autarquia em relação a esta falta de investimento do Estado no nosso concelho, continuamos sem respostas e sem uma estratégia e um plano que possam levar este concelho ao que há três anos atrás ambicionava ser, o terceiro concelho do País, hoje quando visitamos concelhos de muito menor dimensão e outros de igual dimensão, vemos em termos de organização urbana, em termos de equipamentos, respostas que sentimos que não existem no nosso concelho; Sete anos depois a cidade de Leiria não tem um pavilhão gimnodesportivo, enfim, poderia estar aqui horas consecutivas a falar de projectos-âncora, que são decisivos e que não vemos respostas, não vimos durante estes sete anos, estas respostas planeadas. Obrigado.

DEPUTADO JOAQUIM LAVOS (Presidente da Junta de Freguesia de Carvide)

Boa noite, Joaquim Lavos, Presidente da Junta de Freguesia de Carvide, PSD.

Senhor Presidente da Assembleia, senhores membros da Mesa, Sr.^a Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, restantes senhores Deputados desta Assembleia, representantes dos órgãos de comunicação social!

É normal que, com a aproximação do final de cada ano, façamos um balanço ou uma introspecção, com o objectivo de prepararmos o novo ano que se avizinha. Dentro deste espírito de análise, no final deste ano, que independentemente das razões de cada um decerto não deixará grandes saudades à maioria dos presentes, permitam-me que lhes traga aqui, melhor, partilhe convosco alguns votos, desejos, que gostaria de ver concretizados. Parecerá que alguns deles não nos dizem respeito, são de âmbito geral, peço desculpa por isso mas eles são também daqui.

E o primeiro é, uma vez que se aproxima um período de campanha eleitoral, que essa campanha fosse feita pela positiva, sem ataques pessoais, sem mentiras, com sentido de responsabilidade, de modo a que os eleitores recomecem a acreditar nos políticos e



nos regimes que escolhemos há mais de trinta anos. Gostaria que os órgãos da comunicação social, que não o fazem, agissem com o rigor e isenção que têm o dever de usar e não dessem relevo a certas notícias de desgraça, de escândalo e de sensacionalismo, com o objectivo único de angariar audiências; Gostaria que os funcionários públicos, todos, pagos com os impostos de todos nós, os que pagamos, trabalhassem como lhes compete, respeitando o seu posto de trabalho, não considerando como emprego garantido e respeitando também, os trabalhadores da iniciativa privada, que não podem ter as suas benesses; Gostaria que as forças sindicais agissem de forma consciente, contribuindo para a elevação do sentido de cidadania, da responsabilidade, do profissionalismo, da formação e do conhecimento dos trabalhadores que dizem representar, não os instrumentalizando para afins que, geralmente apenas os favorecem prejudicando os mais fracos e os mais necessitados; Gostaria que os governos, independentemente da sua cor política, salvo caso grave ou força maior, governassem efectivamente até à exaustão, sem interferências tendenciosas ou oportunistas, para poderem ser julgados no fim do seu mandato; Gostaria que qualquer titular de cargo político, que abandonasse tal cargo sem motivo forte e justificado, fosse impedido no futuro de concorrer a qualquer outro cargo, aproveitando a maré e o esquecimento dos eleitores; Gostaria também, que o número de titulares de órgãos do poder, sobretudo da Assembleia da República e do Governo, fossem reduzidos a um número razoável, todos fossem competentes, cumprissem efectivamente a missão para a qual foram empossados e recebessem a remuneração adequada; Gostaria que o Presidente da República, fosse qual fosse a sua origem política, assumisse sempre a dignidade que o cargo lhe exige, nunca fizesse de Governo ou de Ministro, não descesse o seu nível, nem cedesse a pressões de qualquer tendência; Gostaria que as leis fossem cumpridas sempre por todos, sem contornos ou habilidades só acessíveis a alguns; Gostaria que voltássemos a ter, sempre e em tudo, princípios, valores, respeito mútuo, deixando de ser a esperteza e o oportunismo a liderar, influenciando negativamente a vida das pessoas, deixando-nos a grande distância de quase todos os nossos parceiros comunitários; Gostaria que todos pagassem impostos, com justiça, para que haja mais meios para fazer o que muito falta e para que os que hoje pagam possam vir a pagar menos no futuro; Gostaria de manifestar aqui o meu reconhecimento, pela paciência e compreensão manifestada pelos habitantes da Freguesia de Carvide, pelas carências que todos os dias os afligem e afectam; Gostaria Sr.^a Presidente e Srs. Vereadores, de agradecer o



apoio recebido no ano corrente, mas também que no próximo ano, todos nós, possamos ver resolvidos os problemas mais prementes das nossas freguesias; Gostaria e espero, Sr.^a Presidente e Srs. Vereadores, que dentro em breve, possamos ver concluída a revisão do PDM; Gostaria finalmente, de enaltecer a ideia do colega Manuel Carvalho, da Azoia, e ao mesmo tempo agradecer, as agradáveis visitas que nos foram proporcionadas pelas vinte e duas freguesias que já visitei.

Termino, manifestando o desejo de Festas Felizes para todos e que o próximo ano de 2005 seja um marco, ponto de partida para um futuro melhor para todos nós, para todos vós, respectivas famílias e para todos os munícipes do concelho de Leiria.

Tenho dito!

DEPUTADO DOMINGOS NEVES (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra)

Boa noite a todos. Domingos Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, PSD!

É uma pequena nota que me traz aqui. Há dias li numa acta da Câmara Municipal de Leiria, que o senhor Vereador propôs que se intensificasse a fiscalização às obras clandestinas. Concordo, também sou a de opinião que as obras não devem ser clandestinas, devem ser todas legalizadas, mas ao que entendi e que percebi, o autor da proposta está muito longe da realidade. Mais de 80% das obras clandestinas, são os muros, os barracões, a alteração da empena da casa velha, são essas pequenas obras. E é a quarta vez que aqui digo, que os partidos políticos, os seus Deputados na Assembleia da República, deviam propor que a lei fosse alterada de forma que essas pequenas obras, fossem licenciadas pela Junta de Freguesia, através de um processo simples. Assim, entrava dinheiro para as freguesias e legalizavam-se as obras, sem haver necessidade de andar aqui com processos pidescos, a pedir para que se denunciem as obras aqui e acolá, porque isso já não é para os nossos tempos.

Vamos encarar o problema de outra maneira, penso que assim seria mais razoável e mais sério. Muito obrigado a todos.

DEPUTADO ILÍDIO FERNANDES (CDS/PP)

Ilídio Fernandes, do CDS/PP.



A bancada do CDS/PP desta Assembleia Municipal, congratula-se com a recente elevação de Monte Redondo à categoria de vila, concretizando-se assim, um desejo muito antigo daquela povoação, sede de freguesia deste concelho. Desejo ainda a todos os presentes e seus familiares e a toda a população deste concelho, um Feliz Natal e um Próspero ano Novo.

DEPUTADO OLEGÁRIO ANGÉLICO (PPD/PSD)

Olegário Angélico, PSD.

Sr, Presidente, elementos da Mesa, Sr.^a Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta, caros colegas eleitos para esta Assembleia!

O que me traz aqui, é um assunto que fez correr muita tinta no nosso concelho, mais concretamente na minha freguesia de origem, a Maceira, que é a co-incineração.

O Partido Socialista, trouxe novamente à discussão política, através do seu Secretário-Geral, a problemática da co-incineração, afirmando que se ganhar as eleições, avançará com este tipo de eliminação dos resíduos industriais perigosos. Como todos sabem, esta problemática provocou aqui no nosso concelho, a maior onda de indignação contra a intenção de instalar esta forma de eliminação dos resíduos perigosos no nosso País e aqui à nossa porta. Fruto dessa congregação de vontades, conseguiu-se a constituição de uma Comissão de sábios, supostamente independentes, que tomou a decisão de instalar a co-incineração em Souselas e no Otão. O concelho de Leiria ficou nessa altura, fora do processo, mas a nossa oposição a todo este processo, manteve-se. A decisão provocou então fortes protestos, por parte dos munícipes dos concelhos afectados, nomeadamente em Coimbra.

Quem não se lembra, dos discursos inflamados do Dr. Manuel Alegre, insurgindo-se contra a instalação da co-incineração em Souselas? Estranhamente, este novo voltar à carga por parte do Eng.º Sócrates, não provocou qualquer reacção pública, ao Dr. Manuel Alegre. Mais estranho ainda, quando este encabeçou uma candidatura a Secretário-Geral do Partido Socialista, que se intitulava de "Projecto Alternativo", não ouvimos ainda o Dr. Manuel Alegre a referir-se a este ponto.

O Presidente da Federação de Coimbra, do PS, afirmou não estar preocupado e em Coimbra, sítio onde trabalho e onde passo grande parte da semana, diz-se à boca cheia, que a co-incineração não irá para Souselas.



A Agência Lusa deu nota, que o Presidente da Federação de Leiria do Partido Socialista, afirmou que o processo poderia ser introduzido na Maceira, assente em critérios científicos, uma Comissão Científica já se tinha pronunciado sobre o assunto.

Das duas uma: ou este anúncio não passa de propaganda política em período eleitoral, ou há firme intenção de , como isto parece indicar, implantar esta queima de lixos tóxicos na Maceira, por troca com Souselas. Os motivos da troca parecem claros, os prejuízos eleitorais para o PS, serão menores na Maceira do que em Souselas.

Com um Secretário-Geral que continua a defender um negócio que apenas beneficia as cimenteiras e que nestes anos não evoluiu nada nessa matéria, não é provável que ganhe as eleições. Mas se por um lado, por qualquer percalço da história tal sucedesse, o PS pode estar certo que, contará mais uma vez, com a nossa firme oposição.

Para nós a co-incineração não será solução para o problema dos resíduos industriais perigosos. Esta forma de eliminação, está claramente a perder adeptos em todo o mundo e tem hoje alternativas mais limpas, mais eficazes e mais baratas. Hoje a solução, passa pela criação de centros de recuperação e eliminação de resíduos e o processo já está em "démarche". É claramente um confronto entre o passado e a modernidade, que neste como noutros assuntos, o eleitorado saberá identificar.

Aproveito para desejar a todos, umas Boas Festas .

DEPUTADO LUÍS DA MOTA PINTO (Presidente da Junta de Freguesia de Colmeias)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Senhores Vereadores, caros colegas!

Porventura vocês acharão pouco normal a minha presença aqui neste local, mas o meu estado de espírito assim o obriga, para marcar a minha posição enquanto Presidente de Junta da Freguesia de Colmeias e por inerência, Deputado desta Assembleia.

Sr.^a Presidente, os nossos governantes andam a fazer aquilo que condenámos muito bem, em 1997, feito na altura pelo então Sr. Presidente da Câmara Municipal de



Leiria, Eng.º Lemos Proença, que numa causa de desespero, andou a distribuir pelas colectividades e capelas, compromissos que a senhora teve que pagar, quando viria ocupar este lugar. Agora, o PSD, pelos ainda nossos governantes, andam a assumir compromissos com colectividades, passando por cima de tudo e todos, com o objectivo bem definido, a caça ao voto, custe ele o que custar.

Quero aqui dizer, que não me revejo neste tipo de política e como tal, não estive esta tarde na cerimónia que ocorreu na minha freguesia, na assinatura de um protocolo entre uma colectividade e o Governo. Continuando, penso que não é com este tipo de política, que se irá combater o abstencionismo, porque com este tipo de acções, mais razão teremos que dar ao Mestre, Professor Aníbal Cavaco Silva, no sentido de afastar os maus políticos.

Como é possível que estes governantes, atribuam estes tipos de donativos, sem se preocuparem com os outros problemas que existem na minha freguesia e muito mais importantes. Não seria mais honesto da parte destes políticos, questionarem a Junta da Freguesia onde resido e a que presido, onde aplicar estas verbas? Mas nunca numa altura em que estão marcadas eleições para o dia 20 de Fevereiro, ou seja, no período pré-eleitoral.

Informo a título de exemplo, que a Associação Humanitária dos Amigos de Colmeias, a prestar apoio domiciliário a cerca de quarenta utentes, fornece almoços a todas as pré-primárias e primárias desta freguesia, está instalada num edifício alugado, com muito poucas condições e nunca recebeu qualquer cêntimo de apoio da Segurança Social. Também existe uma escola, uma sede EB, sede de Agrupamento Horizontal e Vertical, que no Inverno nalgumas salas chove como na rua e que a D.R.E.C., no fim de tanta insistência, decidiu assumir e custear as obras, deu uma volta de cento e oitenta graus e agora vai dizendo que deu noventa mil contos para o pavilhão gimnodesportivo das Colmeias, recusando-se a fazer tais obras. O espaço exterior tem crateras abertas, que põem em causa não só a segurança de cerca de seiscentos alunos, como dos funcionários que ali trabalham.

Para terminar, quero dizer que esta Junta não tem nada a opor à cobertura da obra em causa, porque vai enriquecer o património da minha freguesia, mas como anda em construção um pavilhão gimnodesportivo que fica a três quilómetros e que custa ao



erário público cerca de cento e sessenta mil contos, entendemos não ser prioritário quer para a freguesia quer para o concelho e a nossa presença só iria dar cobertura a atitudes medíocres da política. Disse!

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Antes de mais, congratular-me e dar os parabéns aos senhor Presidente da Junta de Freguesia das Coleias, pela coragem da sua justa intervenção e pela clareza das posições e das denúncias que fez, que naturalmente subscrevemos por serem verdadeiras e por manifestarem uma grande coragem, e por isso mesmo, o PS subscreve inteiramente as suas palavras.

Sr. Deputado Olegário, não é séria a intervenção que aqui fez, tentando aproveitar e lançar calúnias e suspeitas que ninguém falou. Não está em marcha nenhuma troca da Maceira por Souselas, é pura imaginação sua e especulação, se leu a tal nota da Agência Lusa já devia ter lido também o esclarecimento que foi feito em relação a essa matéria, o desmentido que o Presidente da distrital do PS fez acerca dessa matéria, e, os habitantes de Maceira sabem bem que podem contar com os órgãos nomeadamente locais do Partido Socialista, no sentido de defenderem os seus interesses, como demonstrámos, aliás, a população da Maceira reconheceu essa nossa validade de propostas porque o PS a seguir a todo o movimento que houve ganhou as eleições na Maceira, como certamente saberá, e portanto fomos julgados favoravelmente pelo povo da Maceira na defesa dos seus interesses. É pena, como natural da Maceira, não vir aqui denunciar que neste momento se queimam milhões de pneus na cimenteira, em escape livre, sem qualquer defesa para as populações, defendendo apenas os interesses económicos daquela unidade, sem que se tenham os devidos cuidados na defesa da saúde da população daquela freguesia, isso hoje acontece, toda a gente sabe, a quantidade de camiões de pneus que entram e nada se faz.

Três anos volvidos sobre o Governo do PSD e não se conhece trabalho nenhum feito. Anuncia-se agora que haveria intenções, mas trabalho efectivo, decisões políticas concretas não se conhece e a verdade é que os resíduos têm de ser colocados nalgum lado e como sabe e tem sido anunciado, a maior parte desses resíduos nem se sabe



onde vão estar, porventura neste momento estarão a estragar linhas de água e a pôr em causa a saúde pública. E o que foi dito e bem pelo Secretário-Geral do Partido Socialista e futuro Primeiro Ministro de Portugal, porque as campanhas eleitorais não são feitas para encarar as situações de uma forma fácil, para prometer e enganar as pessoas, foi que o Partido Socialista encarará de frente esta situação e que, face aos estudos, como foi feito no passado e aquilo que o senhor disse, pondo em causa a competência e a independência da Comissão Científica que ninguém usou, até porque havia nessa Comissão gente de vários quadrantes políticos, como certamente saberá, e foi através desses técnicos, dos sábios como lhes temos chamado, que houve um estudo e que se actualizarão todos os estudos, no sentido de rapidamente e corajosamente, o País não continuar a abandonar resíduos que podem estar a comprometer o futuro de amanhã.

Portanto, a população de Maceira, sabe que pode contar com o Partido Socialista de Leiria, sabe que foi o Partido Socialista que investiu ali como nunca nenhum outro Governo deste País, através do Gabinete de Requalificação da Maceira, que defendeu a instalação e um conjunto de investimentos no sentido de diminuir a poluição que a cimenteira tem provocado e de evitar aquilo que hoje está a acontecer sem que os senhores o denunciem, esta queima de pneus perigosíssima para a saúde pública, que ali se faz sem qualquer tipo de controle. Era com isso que se deviam preocupar e não especular como da forma que o estão a fazer, num assunto de saúde pública, extraordinariamente importante e para o qual os senhores, não foram capazes de, durante três anos, dizer coisa nenhuma.

Aquilo que lhe posso assegurar com toda a certeza é que, o próximo Governo deste País, do Partido Socialista, saberá continuar a fazer os investimentos que iniciou na freguesia de Maceira, a cuidar do ambiente, porque nenhum outro partido investiu tanto em políticas ambientais como o Partido Socialista, e, haverá ali um grande investimento e estou certo que não será necessário haver co-incineração na Maceira como aliás também sempre defendemos e como se veio a verificar.

Não há portanto nenhum indicador, só por mera especulação e que me parece até perigosa, encarar um dirigente deste concelho, encarar com possibilidade de vir agora a recuar-se trocas, não me parece que seja muito oportuno da sua parte que isso aconteça. Mais uma vez está a pôr os interesses eleitoralistas do seu partido acima



dos interesses da população da Maceira como sempre fizeram e têm utilizado. Penso que inclusivamente a população da Maceira dar-lhe-á a resposta no próximo dia 20 de Fevereiro e perceberá perfeitamente quem é que investiu na Maceira, quem é que defende e está em prol dos seus interesses e sobretudo na defesa da saúde dos seus habitantes.

É injusta a sua intervenção, é especulativa, é perfeitamente descabida porque trouxe aqui um assunto que não se escuta em sítio nenhum, que senhor descobriu não sabe aonde, a não ser para poder vir aqui especular e tentar trazer algum ganho eleitoral, mas estou certo que não conseguirá porque os cidadãos cada vez mais são cidadãos esclarecidos e não permitem ser enganados dessa forma, é um atestado de ignorância que o senhor quer passar a nós e aos leirienses, que não é aceitável. Obrigado.

DEPUTADO JORGE VIEIRA (PPD/PSD)

Jorge Vieira , PSD.

Sr. Presidente da Mesa, Sr.^a Presidente!

Gostei de ouvir o senhor Deputado Luís Pinto, não sabia que o senhor António Febra tinha mudado de partido. Os meus parabéns senhor António Febra, penso que neste momento será do PS, uma vez que o PS ganhou as eleições na Maceira e portanto o senhor será certamente Presidente pelo PS. Mas de qualquer maneira, é uma boa conquista, é um bom homem, um empresário de sucesso, portanto uma boa conquista.

Além disso Sr. Deputado Luís Pinto, queria-lhe dizer o seguinte: os pneus foram assumidos também pelo PS, no tempo em que o senhor José Sócrates foi Ministro do Ambiente. E os pneus foram assumidos como não retiráveis de lá, senão teriam sido retirados. Sabe que a Maceira foi excluída não por ser a Maceira, mas pela maneira como era feita a entrada de pneus dentro do forno, que inviabilizava qualquer outro tipo de queima de qualquer outro tipo de produto, o que seria quase uma bomba atómica. É um exagero da linguagem mas é um pouco assim.

Aquilo que hoje se tenta levantar e se o senhor José Miguel Medeiros não queria falar do assunto, não falava, agora não tinha que dizer é que a Maceira seria novamente incluída desde que os cientistas provassem que podia ser. Mais, digo-lhe com pena minha, nesta Câmara disse muitas vezes que lamentava que o estudo do impacto na



saúde das populações da queima dos pneus não tivesse sido já feito. Disse-o aqui várias vezes, solicitei com requerimentos, continua por fazer, e isso é lamentável, porque as pessoas continuam lá e continuam a sofrer. Isso não tem a ver com partidos políticos, tem a ver com a política de todos os partidos, porque os pneus foram autorizados pelo PSD, foram mantidos pelo PS, estão a ser mantidos pelo PSD e as populações são as mesmas e continuam a sofrer da mesma maneira. Não vamos aqui colher frutos eleitorais, agora o que não aceito também, é que venha cá o senhor dizer que defende a Maceira como ninguém, quando efectivamente temos defendido, não foi o PS o vanguardista, não fui eu, não foi ninguém, fomos todos e foram os maceirenses, porque sentiram que naquele momento, mais uma vez, estava em perigo a sua vida e a vida dos seus filhos. Portanto não tiremos daqui glórias que não existem, tiremos apenas ensinamentos, merecemos, porque ou alguma coisa é feita e sabe perfeitamente que os produtos mais tóxicos, formam-se em situação volátil, nos vapores, nos fumos, aí sim, é nos compostos gasosos que se formam os produtos mais perigosos e que assim se depositam. E digo-lhe mais uma coisa, se abrandei os braços um pouco, foi por uma razão muito simples, é que estava a ser também injusto com a cimenteira. Não era completamente injusto, é que a Maceira sofre tanto ou mais com aquilo que vem da Marinha Grande, com os fornos que nunca foram vigiados e seria injusto eu continuar a bater tanto na Maceira, mas não quer dizer que tenha baixado os braços. A Marinha Grande continua a contribuir muito para aquilo que está a acontecer na Maceira, lamentável é, que depois disto tudo não se faça o estudo epidemiológico que foi prometido e que curiosamente, o Coordenado da sub-região de Leiria, à altura nomeado pelo PS, inviabilizou o projecto que tenho na minha mão, tive-o na minha mão para começar e o senhor Dr. Helder inviabilizou-o porque dizia que não tinha dinheiro para o pagar. Esta é a verdade e se esqueceu isso, eu não o esqueci.

DEPUTADO ILÍDIO FERNANDES (CDS/PP)

Ilídio Fernandes, CDS/PP.

Não podia deixar de vir aqui dizer mais uma palavra, só porque as palavras aqui proferias pelo senhor Deputado Luís Pinto, do PS, assim deram aso.



Gostei muito da intervenção do senhor Deputado Jorge Vieira, como não podia deixar de ser, continuou com a sua posição e com o trabalho que ele sim fez e que continua a fazer nesse sentido. Convinha no entanto, não vir aqui alguém desta Assembleia, passar atestados de pobreza mental a qualquer um, com observações de campanha eleitoral, feitas recentemente. Ainda está na memória de todos, mais cultos ou menos cultos, mais ou menos entendidos em política ou em sociedade. O que o Eng.º Sócrates disse, foi uma coisa muito diferente, chama-se em política ou em campanha eleitoral, um erro absurdo, nenhum político que se preze comete um erro daqueles. Agora, não estou no entanto, para aceitar uma retractação do senhor Deputado Luís Pinto, a dizer que não era aquilo, que afinal a Maceira não era incluída. Não foi isso que o Eng.º Sócrates disse e foi há muito pouco tempo que ele o disse. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado Luís Pinto, pela terceira vez, vou-lhe dar a palavra para o mesmo assunto...

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Vou ser muito breve Sr. Presidente!

Apenas para dizer ao senhor Deputado Jorge Vieira, que a sua intervenção não me choca, nalguns pontos até concordo.

Há três situações que quero sublinhar: A primeira situação é que o Partido Socialista propôs e criou um orçamento e um gabinete, porque não estamos aqui contra a empresa da Maceira, é preciso sublinhar isto, e por isso é que propusemos investimentos, no sentido de serem criados filtros, das famosas mangas, etc. E dissemos na altura, independentemente da Maceira ser escolhida ou não e defendíamos que não deveria ser, se bem se lembra, que deveria continuar a ser feito o investimento nas mangas e nos filtros e o PSD não continuou esse investimento. E se como disse, não conheço, mas acreditando na sua palavra, que o Dr. Helder não fez o tal estudo porque não tinha dinheiro, os senhores tiveram a seguir três anos para fazer esse estudo e o estudo não foi feito.

Por outro lado, é evidente e aqui também se mostra a tal diferença que confirma a minha intervenção, que o Partido Socialista de facto, em matéria ambiental, na altura era o Eng.º Sócrates e foi um dos responsáveis por essa matéria, com políticas muito ajustadas e reconhecidas, deu respostas para a Maceira, criou orçamentos, criou



políticas para fazer e estou certo que também chegaríamos à Marinha Grande e a outros sítios porque obviamente e aí concordo consigo, não tem de facto a ver com partidos políticos, em nome da saúde pública temos que ser todos mais actuantes e sobretudo mais atentos. Agora é inequívoco que, se houve alguém que propôs, que adiantou dinheiros, políticas e criou gabinetes, foi de facto o Partido Socialista e esse mérito não nos podem tirar. Isso, é por demais evidente, agora, não houve um investimento continuado, não houve noutros sítios e isso, quer queiramos quer não, isso não é uma questão de políticos mas é uma evidência, foi o Governo do PSD que de facto não deu continuidade a isso. É preciso que os maceirenses percebam que terão sempre o PS por perto, é inequívoco para toda a gente que trabalha em saúde pública, que a queima de pneus é muito perigosa sobretudo em escape livre como está alia ser feito e infelizmente ninguém se movimenta em relação a essa matéria. Durante os governos do PS, houve aqui muitas denúncias, entretanto três anos sem fazer nada ninguém denuncia, parece que está tudo bem e agora vimos para aqui com medos, perfeitamente infundados. Estou certo, como sempre aconteceu, que o Partido Socialista dará a resposta adequada. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Eu pergunto aos senhores Deputados se mais alguém se quer inscrever?

Tenho uma inscrição do senhor Deputado António Febra e se mais ninguém se quer inscrever vou dar a palavra ao senhor Presidente da Junta da Maceira.

DEPUTADO ANTÓNIO FEBRA (Presidente da Junta de Freguesia da Maceira)

Boa noite!

Sr. Presidente da Mesa, Sr.^a Presidente da Câmara, senhores Deputados.

Tinha que vir aqui porque de facto foram feitas aqui algumas afirmações e em primeiro lugar quero dizer que, mais concretamente em relação à intervenção do Sr. Deputado Luís Pinto, quem defendeu a Maceira nesse tempo difícil, não foi qualquer partido. Foram pessoas, umas pertenciam ao PSD e outras ao PS, outras ao PCP, ou seja, foram os maceirenses que defenderam o problema da co-incineração. Os pneus já antes eram queimados, respeitámos essa situação porque primeiro era necessário defender o Movimento Maceira Saudável e da qual fui o primeiro Presidente que o defendeu. Obviamente que aqui posso dizer que os partidos políticos nos deram bastante apoio, mas há uma coisa muito importante. No tempo em que o seu partido



era Governo, foi realmente por pressão do Movimento Maceira Saudável e também da Junta de Freguesia, nesse tempo PSD, que conseguimos a instalação do Gabinete de Requalificação e durante esse tempo houve uma promessa do Governo de então, de três milhões de euros para a requalificação da Maceira, mas isso ficou apenas no papel.

Durante o tempo em que o PS foi Governo, o próprio Gabinete de Requalificação, andava a deriva, porque as verbas não chegavam, porque dos projectos que são mais de cem e que esse gabinete fez, apenas hoje existem alguns que foram iniciados.

Fiquei sentido consigo, por dizer que o Governo do PS fez um grande investimento na Maceira, mas isso é mentira, totalmente mentira e isso tem que ser denunciado. Ainda hoje estamos insatisfeitos, a Maceira tem que lutar muito, inclusivamente até o próprio saneamento parou apesar desta matéria já não ser do tempo do Governo PS. Mas por favor, quando diz que foram investidos milhares de euros, está a ofender os maceirenses! Foram realmente prometidos pelo Governo do PS, mas ficaram no papel senhor Deputado Luís Pinto e ainda hoje lá devem estar os tais três milhões de euros, porque nunca apareceram. Portanto, lamento que o senhor tenha vindo aqui evidenciar-se, mas em nome do povo da Maceira senti-me ofendido. Tenho dito!

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Senhores Deputados, agradecia que se mantivessem calmos...

Dava agora a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara.

PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.^a Isabel Damasceno Campos)

Boa noite a todos!

Mudando de assunto, queria apenas dar uma nota, sobretudo à intervenção do Deputado Luís Pinto e para lhe dizer o seguinte:

Eu compreendo que o senhor Deputado é o homem dos sete instrumentos. Tem muitas actividades, responde a muitas solicitações e de vez em quando anda distraído. E efectivamente, algumas das observações que fez aqui, que considero por distração, má fé não é porque sei que o senhor não é um homem de má fé, mas é distração, porque quando vem aqui falar em saneamento e volto atrás ao saneamento, comparando com o que era há sete anos, sabe concerteza que o saneamento no concelho de Leiria evoluiu de uma cobertura de 33% para cima de 70% neste momento. Não é todo, mas é uma evolução muito significativa. E não evoluiu mais porque de facto há que conjugar esforços entre aquilo que são as chamadas redes em



baixa e os emissários, a ETAR, nomeadamente a ETAR norte que está ainda em fase de construção e cuja responsabilidade é da SIMLIS como é sabido. Houve alguma arrastar de trabalhos por parte da SIMLIS, que levaram também a que as redes em baixa se atrasassem na sua execução, porque têm que encadear de forma a que a rede global seja concluída simultaneamente.

Quando fala que não há efectivamente uma estratégia para o Centro Histórico, quando estamos com um plano de pormenor finalizado, aliás, tem participado activamente nas reuniões que estão a servir de orientação às reconstruções no Centro Histórico, instrumento fundamental para que haja recuperação de qualquer centro histórico neste País; Quando se vê o investimento público significativo na requalificação desse mesmo centro histórico, para dar o exemplo da importância que a cidade dá ao seu centro histórico, à sua história e sobretudo naquele espaço público; Quando nunca se fez tantos espaços verdes com requalificação significativa ao longo do rio, com jardins que estão em fase de conclusão e outros que ainda se irão fazer e o senhor sabe que isto é verdade; Quando neste momento se está a investir e investiu-se sempre muito em habitação social, não de uma forma concentrada porque entendemos sempre que as grandes concentrações de habitação social não são saudáveis e criam guetos, portanto, por todos estes considerandos, queria apenas deixar a nota, que de certeza é por distração e não por má fé. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Senhoras e senhores Deputados, talvez se tenham apercebido que, quando entrámos para a sala haveria a intenção de fazer um intervalo para tomarmos um café e uma fatia de bolo rei.

Nesse sentido, perguntava se pretendem fazer já o intervalo, antes de entrarmos na Ordem do Dia, se preferem fazê-lo no fim dos trabalhos.

ORDEM DO DIA

AM 23-

- 1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;**

3



Alguém se deseja pronunciar sobre este ponto? Não!

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade, tomar conhecimento do Relatório da Câmara sobre a actividade do Município e Relatório Financeiro.

2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO (2005-2008) E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2005 DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA - Apreciação, discussão e votação;

Estão abertas as inscrições.

Inscrevem-se os senhores Deputados: Paulo Pedro, Susana Ervilha e Rui Caseiro e Susana Silva.

DEPUTADO PAULO PEDRO(Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)

Boa noite!

Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Quando há um ano, na discussão do plano para 2004 subi a esta tribuna, para fazer uma análise das obras que foram contempladas para a freguesia do Coimbrão, disse que nenhuma iria receber qualquer investimento durante o ano de 2004. A Sr.^a Presidente respondeu ironicamente que não era bem assim, mas o facto é que se constata claramente que, nenhuma das rubricas de investimentos da Câmara Municipal para a freguesia do Coimbrão, tiveram um único euro de investimento.

Passo a nomear, porque não quero ser aqui subjectivo: Construção do Jardim de Infância - zero, construção do Posto Médico – zero, requalificação da marginal da Praia do Pedrógão – zero, recuperação paisagística da Lagoa da Ervedeira – zero, Estrada Atlântica – zero, Estrada da Bajanca – zero, recuperação do Mercado da Praia do Pedrógão – zero e drenagem pluvial da Praia do Pedrógão – zero.

Não foi gasto, durante o ano de 2004, um único euro e de todas estas obras, a única que foi iniciada foi a recuperação do Mercado da Praia do Pedrógão, durante os finais de Novembro e princípio de Dezembro. Portanto, tinha eu razão, quando no final do ano passado, alvitrei a hipótese de que não iriam ser gastos nenhuns investimentos destes na freguesia do Coimbrão. Agora se reconhece Sr. Vereador e Sr.^a Presidente da Câmara, a forma como foram injustos, na altura que tentaram justificar a falta de



investimento também nos protocolos com a freguesia, porque haviam obras em plano e portanto, o protocolo com a freguesia para a requalificação de arruamentos não podia ser igual ao das outras freguesias, porque tínhamos investimento. Foram injustos, Sr. Vereador e Sr.^a Presidente da Câmara, foram muito injustos nesse tratamento, porque na realidade, não levámos em protocolo e não levámos em obra.

Se analisarmos esta questão para o ano de 2005, tínhamos muito aqui que analisar.

Relativamente à situação da pré-primária Sr.^a Presidente, tive uma reunião consigo e com o Sr. Vereador, para preparação do plano, e houve uma promessa da sua parte. Alguma obras que estão encadeadas na freguesia, estão dependentes da criação da pré-primária, o Centro Educativo do Coimbrão, e não pedi mais obra nenhuma porque, havia a promessa que o Centro Educativo podia avançar durante o ano de 2005.

Sr.^a Presidente, o Centro Educativo nem sequer faz parte das Grandes Opções do Plano! Penso que, por aqui se vê um pouco, o respeito e a justiça que tem havido na análise e na elaboração das obras para a freguesia do Coimbrão.

Depois, dentro das obras que estão elencadas este ano, podia-vos dizer o quanto elas diminuíram de um ano para o outro e algumas desapareceram do plano. Podia-vos dizer, por exemplo, que o Jardim de Infância desapareceu, a construção do Posto Médico que tinha definido para 2004, duzentos mil euros, passou para dez mil euros em 2005 e cento e noventa mil euros em 2006. Portanto, temos mais um salto, passamos os anos a dar saltos nas obras.

A requalificação da marginal da Praia do Pedrógão, tinha mais ou menos setenta e seis mil euros em 2004, passou para 2005 com os meus setenta e seis mil euros, deve dar para algumas pedras da calçada. Nasceu depois o plano de pormenor da frente marítima, com insignificâncias de quinze mil euros, a recuperação paisagística da Lagoa da Ervedeira em 2004 tinha previsto cento e quarenta e nove mil euros, não foi gasto um tostão e estão previstos para 2005 cento e vinte nove mil euros, ainda diminuiu. Tenho esperança que dê para fazer.

Em relação à estrada Atlântica, tinha previsto para 2005 um milhão e novecentos mil euros, Sr.^a Presidente a estrada Atlântica passou de um milhão e novecentos mil, para sessenta e seis mil euros; A estrada da Bajanca, tinha previsto entre 2004 e 2005 cem mil euros, passou para o ano que vem mais dotada, porque com a inflação tem que ser mais dotada. A recuperação do Mercado da Praia do Pedrógão está em obra e aumentou a sua dotação.



Relativamente à drenagem pluvial da Praia do Pedrógão, o Sr. Vereador fez o favor de telefonar para o gabinete que está a elaborar o projecto, para se inteirar de quanto é que custava a obra. Depois disso inscreveu no plano, quinze mil euros para 2005. Sabemos nós, que todas as obras de repavimentação e de requalificação da Praia do Pedrógão estão dependentes desta obra de drenagem pluvial e o senhor Vereador inscreve nesta obra, depois de saber quanto é que a obra vai custar, quinze mil euros em 2005 e trinta mil euros em 2006, quando para esta obra estava previsto o ano passado duzentos mil euros.

Por aqui dá para ver realmente, como é que um Presidente de Junta se sente ao longo destes anos todos, a discutirmos planos, a confiarmos uns nos outros e a termos situações no final, desta índole.

Queria também dizer Sr.^a Presidente, relativamente à questão do Posto Médico. Sei que está dependentes do Centro Educativo, não posso pedir o Posto Médico enquanto não tiver o Centro Educativo mudado, porque as instalações vão ser utilizadas de umas coisas para as outras, mas só lhe queria pedir o seguinte: Eu recebi a semana passada um telefonema da senhora Directora do Centro de Saúde Arnaldo Sampaio, dizendo-me que por altura do Natal tinha ido visitar o Posto Médico do Coimbrão, e a ideia dela era encerra o Posto Médico do Coimbrão. Não tem condições de funcionamento e portanto Sr.^a Presidente, aquilo que lhe queria dizer era que, quando algumas freguesias já pedem um novo Posto Médico, quando têm postos médicos dedicados o nosso foi sempre uma situação provisória, queria-lhe pedir que tivesse em atenção aquelas situações em que estamos, em instalações degradadas e degradantes para a profissão médica, na freguesia do Coimbrão. Era só, obrigado.

DEPUTADA SUSANA ERVILHA (GRUPO DE CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Susana Ervilha, Grupo de Cidadãos Independentes.

Boa noite Excelentíssimo Excelentíssima senhora Presidente da Câmara, senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores vereadores, senhores Deputados!

Em primeiro lugar, em meu nome pessoal e em nome do Grupo de Cidadãos Independentes, quero desejar a todos um Feliz Natal e um bom ano de 2005.

Quanto ao plano e ao orçamento, o Grupo de Cidadãos Independentes fez a sua análise e veio aqui apresentar as suas conclusões. Numa primeira análise, fazendo fé no mapa de resumo das receitas e despesas para 2005, constatamos o seguinte:



1.º O orçamento para 2005, prevê um crescimento das dotações das despesas totais, cerca de 28%, sendo crescimento 16% das despesas correntes e crescimento de 26% nas despesas de capital;

2.º Para conseguir cobrir este aumento, o orçamento para 2005, apoia-se nos seguintes crescimentos das receitas: crescimento de 16% nas receitas correntes, dos quais fazem parte um crescimento previsto de 37% das receitas com impostos; crescimento de 25% nas receitas de capital, dos quais fazem parte um crescimento previsto de 47% nas receitas, com a venda de bens de investimento.

Perante esta breve análise, é legítimo questionar o seguinte:

Face à medíocre previsão de crescimento para a economia portuguesa, em que indicadores se baseia a Câmara Municipal, para tão elevado crescimento da receita com impostos e, que bens vai a Câmara Municipal alienar, para obter tão elevado crescimentos nas receitas, com a venda de bens de investimento, que em valores são cerca de trinta e quatro milhões de euros.

Como afirmei no início, esta análise foi efectuada fazendo fé no mapa de resumo, que inicia a apresentação do orçamento da Câmara, para o ano de 2005. Após a análise dos restantes mapas, constatamos que não pudemos acreditar neste orçamento, os valores não batem certo e nem sequer os totais correspondem à soma dos parciais e passo a explicar:

No mapa resumo das receitas e despesas, constam trinta e quatro milhões quatrocentos e dois mil quinhentos e um euros, na rubrica nove "receitas com venda de bens de investimento" e quatrocentos e setenta mil seiscentos e noventa e um euros, na rubrica onze "activos financeiros". Ao comparamos estes valores com o orçamento propriamente dito, os valores não têm qualquer correspondência, vejamos: Na página três do orçamento, o valor total constante da rubrica nove, é de quarenta e sete milhões cento e setenta e dois mil oitocentos e sete euros e se somarmos as várias parcelas desta rubrica, obtemos um total de apenas um milhão sessenta e um mil trezentos e cinquenta e sete euros. Portanto, para a mesma rubrica, observamos três valores completamente diferentes, trinta e quatro milhões no mapa resumo, quarenta e sete milhões no total da rubrica no orçamento das receitas, e um milhão na soma das parcelas. Na mesma página três, mas desta vez na rubrica onze "activos financeiros", ou seja empréstimos, consta o valor de trinta e três milhões novecentos e setenta mil seiscentos e noventa e um euros, que também não bate certo com os quatrocentos e setenta mil seiscentos e noventa e um euros, que nos aparecem mo



mapa resumo. A esta trapalhada, junta-se o facto destes valores não corresponderem aos mapas orçamentais entregues aos Vereadores, para votação do orçamento em sede de reunião de Câmara. No orçamento entregue aos Vereadores, o crescimento da receita de capital, apoiava-se na venda de imobilizado, no orçamento que nos foi entregue para esta Assembleia, parece que o recurso ao crédito, é a solução encontrada. Afinal e que ficamos?

Lamentavelmente mais uma vez, o Grupo de Cidadãos independentes tem que votar contra o orçamento, não só pelas políticas em que assenta mas também pelo facto de o mesmo ser tecnicamente incorrecto, mal elaborado e apoiado em previsões empoladas. Obrigada.

DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

Boa noite a todos e Boas Festas.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr.^a Presidente da Câmara, bastariam estas duas últimas intervenções, para o mais acautelado de todos nós ficar preocupado com o orçamento que aqui temos e as grandes opções do plano que temos aqui para discutir e tentar tirar algumas conclusões sobre os documentos e sobre aquilo que eu chamo a postura do executivo, perante os reais problemas concretos do concelho.

Vou só fazer duas ou três comparações que estabeleci e começava por dizer o seguinte:

No orçamento de Estado aprovado pelos Deputados da Nação, inscreveu-se uma verba para transferir para o Município, no montante de dezasseis milhões quinhentos e quarenta e seis duzentos e catorze euros. Feitas as contas às transferências que estão no orçamento da Câmara, somariam vinte dois milhões quatrocentos e quarenta e dois oitocentos e treze euros. Há aqui uma disparidade, uma diferença de valores, de cinco milhões oitocentos e noventa e seis mil quinhentos e noventa e nove euros, que não chego a entender como é possível isto acontecer. Eu recolhi este mapa anexo, através da Internet, porque o orçamento geral do Estado está lá ao nosso dispor e pude apanhar as verbas que estão atribuídas no mapa de transferências para os Municípios, mapa dezanove, e depois comparei, nas receitas correntes, com as transferências correntes e nas receitas de capital e as transferências de capital, somei as duas verbas e totaliza vinte e dois milhões quatrocentos e quarenta e dois mil, contra aquilo que está indicado pelo orçamento geral do Estado, dezasseis milhões quinhentos e quarenta e seis euros. Fui verificar o que é que tinha acontecido o ano



passado e curiosamente acontecia qualquer coisa de semelhante, o Estado limitou-se a aumentar as verbas que tinha previsto para 2004, aumentar para 2005 2%, e o Município, neste caso o executivo, fez para aqui uma infra-oblação digamos assim, sobre o dinheiro que vem do orçamento geral do Estado, para sustentar exactamente aquelas obras que constam nas grandes opções do plano mas que, como aqui já foi dito, não vão ter o mínimo cabimento. Eu vou só dar três referências que não têm nada de particular, são três verbas que apanhei aqui a esmo.

A construção da sede da freguesia de Parceiros, em 2003 tinha um cabimento de seis mil euros, em 2004 cinquenta mil euros e em 2005 tem duzentos e vinte e três mil euros, neste momento não teve um euro de aplicação. Na segurança e ordem pública, que é um capítulo que está aqui nas grandes opções do plano, em 2003 houve oitocentos e setenta e dois mil e trinta e cinco, em 2004 as grandes opções mantinham novecentos e cinquenta e oito mil setecentos e oitenta e um, portanto houve aqui um aumento, em 2005 sobre novamente esta verba para um milhão cento e dois seiscientos e vinte e três e curiosamente, havia uma aplicação em 2004 de treze milhões cento e trinta e seis, contra dois milhões e sessenta mil euros agora para 2004.

Meus senhores, creio que é de facto a nossa legislação que permite estes jogos todos e todos temos responsabilidades, mais ainda os nossos Deputados da Nação, porque temos andado desde o início da democracia, a brindar com uma coisa que é o delírio de todos e agora voltamos outra vez a ter outro problema que é tapar o défice e hoje, foi anunciado ao País, outra maneira milagrosa de resolver o P.E.C..

Meus senhores, temos que começar por dar o exemplo aqui na nossa casa, e não são com exemplos desta natureza, ou seja aumentando despesas em 21,12% em relação ao ano passado, quando se sabe que em Novembro estavam simplesmente recebidos sessenta e sete milhões de euros e se a média se mantivesse, chegaremos no final do ano a setenta e poucos milhões de euros, como é que vamos propor noventa e nove milhões de euros para este ano? Isto é para quê meus senhores? Para nos andarmos a enganar a nós próprios, para tentarmos resolver alguns problemas eleitorais, para tentarmos de novo ganhar algumas eleições para mantermos o poder. Não pode ser!

Temos que estar aqui para defender aquilo que é público, que é de todos nós, os nossos impostos, porque descontamos todos meses para o IRS e ele tem que ser bem aplicado.



Chamo aqui a atenção, em especial ao partido que tem a maioria nesta Assembleia, para esta responsabilidade chamo a atenção para que reflectam seriamente a fim de que no futuro estes problemas sejam ultrapassados de uma maneira límpida. Disse!

DEPUTADA SUSANA SILVA (Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa)

Susana Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa.

Este será o último orçamento deste mandato e é por isso, a melhor altura para mim, Presidente da Junta de Souto da Carpalhosa, fazer um balanço destes três anos de trabalho com a edilidade.

As queixas dos Presidentes de Junta são sempre muitas, mas também é verdade que só o que não temos é que nos faz falta e é à Câmara a quem compete estabelecer os objectivos de desenvolvimento para o concelho . E é à Câmara também que compete estabelecer critérios de igualdade de direitos e de acesso aos serviços e prémios que esta pode proporcionar aos seus munícipes. Não creio que seja objectivo de qualquer Câmara, permitir que uns seus munícipes se sintam menos munícipes que outros, mas é isso que este executivo conseguiu fazer à população de Souto da Carpalhosa.

Comparando com as vinte e nove freguesias do concelho de Leiria, Souto da Carpalhosa, em termos de área, só é ultrapassada por cinco freguesias e como a população também conta, a freguesia do Souto da Carpalhosa só é ultrapassada por oito freguesias. Como se pode verificar, a minha freguesia, Souto da Carpalhosa, é uma das maiores freguesias deste concelho, agora e em termos de investimento camarário. Será que os valores disponibilizados pela Câmara, reflectirão pelo menos essas duas grandezas? Não estou sequer a questionar se, porventura, a freguesia do Souto da Carpalhosa poderia ser beneficiada por algum motivo.

Será que a Câmara de Leiria tem procurado garantir que a população da minha freguesia tenha acesso aos mesmos serviços e de igual qualidade que as restantes freguesias de Leiria? A resposta é não e não é só no meu entender bem como do todo o meu executivo da Junta de Freguesia.

A minha freguesia e com este orçamento, vai ter ainda 7% da população, em que a rua que serve a sua habitação, nem sequer é asfaltada. Falo de onze quilómetros de arruamentos, que servem habitações e que não estão fora dos aglomerados populacionais e que este orçamento vai manter por alcatroar.

Não posso também deixar de referir, que a iluminação pública da freguesia do Souto da Carpalhosa não é um direito, é algo que tem de se mendigar à Câmara Municipal,



às vezes tem-se sorte de conseguir. Se há poste, pode ser colocado candeeiro, mas se por acaso for uma rua, onde um particular ainda não tenha pago uma extensão de iluminação pública, então é algo a perder de vista. Por isso, é que muitos alunos da minha freguesia, além dos livros, levam na mochila uma lanterna. Mas se em algumas freguesias não são feitas grandes obras de manutenção de arruamentos, é aí construída uma infra-estrutura para compensar, uma infra-estrutura colectiva que venha permitir uma melhoria na qualidade de vida da população.

Na freguesia de Souto da Carpalhosa, não poderei deixar de lembrar, o pavilhão gimnodesportivo, sempre prometido e mais frequentemente adiado. Na década de oitenta teve início o seu projecto, mas concretizando ao tempo deste mandato, em 2001 foi prometido que a obra seria adjudicada em 2002, mas só em 2003 foi concretizada em projecto. Em 2004 vinha no PPI para iniciar em 2005, neste plano plurianual já é para 2006.

Sabemos que estamos aqui a analisar um plano, mas será que o é verdadeiramente? A forma como têm sido realizados os investimentos camarários, têm perpetuado as maiores carências a nível de infra-estruturas na freguesia de Souto da Carpalhosa e só falo do básico, porque hoje, o que venho reclamar aqui a este orçamento, é mesmo a sua incapacidade em pelo menos permitir usufruir aos moradores de Souto da Carpalhosa, o que é demais primário.

Analisando simplesmente os protocolos de delegação de competências para obras, vemos ainda que em relação ao ano transacto, são só cinco as freguesias que apresentam decréscimo de investimento e como não poderia deixar de ser, uma delas é a freguesia do Souto da Carpalhosa. Mas se em relação às outras quatro são depois apresentadas grandes previsões de investimento noutras áreas, para o Souto tal não acontece. Mais, se analisarmos o valor per capita de investimento, as diferenças são fáceis de concluir.

Ao logo destes três anos, o executivo da Junta de Freguesia do Souto, só veio pedir o que achou ser por direito, não esqueçamos que os impostos pagos da minha freguesia, têm exactamente as mesmas taxas que o resto do concelho.

Mas afinal fomos penalizados. Porquê? Caberá ao executivo da Câmara responder.

DEPUTADO ANTÓNIO FEBRA (Presidente da Junta de Freguesia da Maceira)

António Febra, Presidente da Junta de Freguesia da Maceira.



Relativamente às grandes opções do plano e refiro-me aqui às necessidades básicas da população, concretamente à água, ao saneamento, às vias de comunicação, mas principalmente ao saneamento básico que já há vinte ou trinta anos constitui um direito de todos os munícipes. Há um ano precisamente, que o saneamento parou em Maceira e queria alertar para o seguinte: Muitos governos passaram desde o 25 de Abril e portanto não vamos aqui deitar as culpas a este ou aquele governo, mas é bom que nenhum partido se aproveite desta situação. A nossa reivindicação e a espera ultrapassou já os limites da paciência humana e no princípio do ano, seja qual for o partido que esteja no Governo, tenho a certeza que o PSD lá estará, iremos lutar novamente na Maceira, como lutámos pelo afastamento da co-incineração. Eu próprio assumirei a revolta, não aguento mais, porque é um direito de todo o ser humano. A água está ser escassa e em muito más condições, também não é defeito deste ou daquele Governo, tem sido de todos. Não existe água em quantidade, nalguns lugares da freguesia falta a água quase diariamente e portanto, não estou a pensar na revolta por motivos eleitorais.

Toda a gente sabe e que não se aproveitem disso, que eu, Presidente da Junta de Maceira, não precisava nada de estar lá na Junta por motivos políticos ou financeiros, o meu objectivo é trazer para a Maceira, as condições mínimas a que as populações têm direito.

A Sr.^a Presidente tem-me informado dos problemas que deram origem à paragem do saneamento, mas o sofrimento que os maceirenses e eu próprio atravessamos, obrigam a uma tomada de posição, a partir de um ano de paragem do saneamento. Esperarei, porque sei que a partir de agora vão haver mudanças, infelizmente, vão haver mudanças de Governo, provocadas por uma falsidade e por um dispêndio de dinheiro, que poderia dar quase para acabar o saneamento do País. Tendo nós eleições em Novembro, como é que se justifica, como é que podemos aceitar que um Presidente da República que se tem mantido sensivelmente ao contento do povo, a sete meses de eleições venha dizer que é necessário novas eleições, novo Governo, nova Assembleia. Isto é triste, não havendo dinheiro para acabar saneamentos e servir água em condições, gastam-se milhões em processos eleitorais, quando faltam apenas uns escassos meses, para outras eleições. Qualquer burro deste País, entendia que se deviam fazer as eleições, na mesma altura, mas como não controlamos isso, enfim, deixo aqui a minha mensagem sobre os problemas que afectam talvez o País e não só a Maceira.



Desejo a todos um Natal feliz!

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Senhoras e senhores Deputados, não há mais inscrições? Sr. Deputado Joaquim Lavos, faça favor!

DEPUTADO JOAQUIM LAVOS (Presidente da Junta de Freguesia de Carvide)

Eu não venho aqui engrossar a lista de lamentações porque também as tenho na minha freguesia, vinha aqui apenas pedir um esclarecimento à Sr.^a Presidente.

O Sr. Deputado Rui Caseiro, referiu que viu na Internet, dezasseis milhões de transferências e que aqui vêm de facto somados vinte e dois milhões. Reparando no detalhe, verifico que o Fundo Geral Municipal, o Fundo de Coesão, o Fundo de Base Municipal, nas transferências correntes soma cerca de nove milhões e novecentos mil euros, e nas de capital seis milhões e seiscentos mil euros, o que dará os tais dezasseis milhões de euros. Será assim? Agradecia que a Sr.^a Presidente esclarecesse para que não ficassem dúvidas, de que de facto havia aqui mais uma trapalhada. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado senhores Deputado, dava agora a palavra à Sr.^a Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.^a Isabel Damasceno Campos)

Começava exactamente por esclarecer esta questão que o senhor Deputado Lavos aqui trouxe, porque ele já respondeu. Efectivamente nas transferências, estão incluídas as transferências directas do orçamento do Estado, que têm a ver com as transferências correntes e de capital, é aquele valor que o Deputado Rui Caseiro viu e referiu, e tem a ver também com as outras transferências que o Estado nos faz, a saber: Candidaturas apoiadas pelo Estado, nomeadamente um equipamento que aqui já foi falado, o pavilhão das Colmeias, há alguns projectos co-financiados com fundos comunitários e também pelo Estado, a nível da educação, a nível dos AGRIS e a nível do equipamento da recuperação do edifício dos Paços do Concelho. Portanto quando estão transferências do Estado, estão estas rubricas todas, estão efectivamente aquelas que estão no orçamento do Estado, que são aprovadas directamente pelo orçamento do Estado na Assembleia da República, e depois estão as transferências que têm a ver com contratos-programa ou com outros tipos de apoios



complementares que vêm do Estado. Não tem que ser taxativamente igual na medida em que têm estes complementos.

Queria igualmente dar-lhe o seguinte esclarecimento: Citou aí o problema da sede da Junta de Freguesia dos Parceiros, pelo facto de ser uma obra que já tinha rubrica aberta, é assim mesmo. Quando se pensa em fazer a obra tem que se abrir a rubrica no orçamento, nem que seja como foi o caso, para fazer o projecto, abrir o concurso, mas tem que ficar sempre a rubrica aberta, porque do ponto de vista de contabilidade interna, naturalmente que estando a rubrica aberta ficam os custos lá imputados, independentemente da adjudicação da obra ter início ou não. E concretamente, a Junta de Freguesia dos Parceiros iniciou o seu projecto, que foi feito pelo GAT, neste momento já está aprovado, com todos os projectos complementares, já está em fase de concurso e em fase de adjudicação.

Portanto como já referi, logo que se pense numa obra tem que se abrir a rubrica, nem que seja com um valor simbólico, aliás, como já devem ter reparado, algumas rubricas estão aí abertas com valores a definir, são aqueles que efectivamente não estamos a contar que haja gastos directos mas que têm que ficar inscritos, com o respectivo código e a respectiva rubrica, é uma das exigências do POCAL.

Relativamente às questões que aqui foram colocadas pela Sr.^a Deputada Susana Ervilha, queria-lhe dar a seguinte nota: A evolução prevista nos impostos é uma evolução realista. A evolução que se verificou sobretudo no IMI, o imposto que substitui a antiga contribuição autárquica, foi efectivamente significativo e portanto, corresponde a uma realidade. Por outro lado, o imposto que substituiu a sisa, esse sim teve relativamente aquilo que se conseguia recolher em termos de sisa decresceu. No entanto, houve um compromisso por parte do Governo, para cumprir este ano e para o próximo ano, depois o próximo Governo que vier logo vemos se cumpre ou não, de haver uma compensação pela sisa não recolhida ou seja, uma vez que se verificou que houve uma quebra, que essa quebra foi originada pela reforma do sistema tributário, entendeu este Governo, por muita pressão da Associação Nacional de Municípios, que devia compensar essa sisa que se perdeu pela introdução da reforma no sistema tributário. E neste momento, estava previsto ainda no ano de 2004, haver uma compensação da sisa que devia ter sido recolhida e não foi, como provavelmente em 2004 isso já não vai acontecer, está previsto aliás no orçamento rectificativo e ainda há alguma hipótese de se recolher em 2004, mas da mesma forma está previsto para



2005. Portanto há efectivamente aumento derivado a esta compensação da sisa e aumento real do IMI, há aumento real dos impostos, isso é uma evidência.

A segunda nota, foi já explicado na Câmara, porque foi levantada essa mesma questão, as receitas que surgem em termos de receitas consideradas extraordinárias, têm a ver com a perspectiva da venda do edifício do topo norte, conforme já foi aqui explicado. Tem essa mesma rubrica, para além da perspectiva de encaixe financeiro, tem uma outra sub-rubrica que tem a ver com o seguinte, é que só podemos incluir nas respectivas rubricas de apoios evidentes, quando já está aprovado, ou seja:

Uma candidatura a fundos comunitários aprovada vai para uma rubrica própria, chama-se candidatura "qualquer coisa" a fundos comunitários. Se essa candidatura está apresentada, por exemplo quando aqui foi referido o projecto AGRIS que tem duas grandes candidaturas e uma delas já está aprovada, o encaixe de receitas está na respectiva rubrica e a outra não está ainda aprovada, está numa fase de análise, só quando for aprovada é que pode ir para a respectiva rubrica. Qual é a forma que temos para encaixar essa respectiva receita? Num subterfúgio, que é normalmente nestas vendas de património e depois retira-se de lá e põe-se na rubrica certa, portanto é uma forma de encaixar receita, que está em vias de aprovação mas que ainda não foi efectivamente aprovada. São duas notas importantes para se situarem no que diz respeito às receitas.

Uma nota final, para o Sr. Deputado Paulo Pedro, relativamente às suas angustias, só para lhe dar nota que as obras da Lagoa da Ervedeira, são financiadas na sua grande parte significativa, pelo projecto LIDER, portanto não tem aí o efeito prático de toda a despesa que irá lá ser feita, uma vez que há uma candidatura feita pela Câmara ao projecto LIDER, que irá financiar essa mesma obra. O mesmo se passa com a Estrada Atlântica, que será financiada pelo projecto PITER.

Relativamente ao problema do Centro de Saúde que referiu, da maneira como falou, parece que os Centros de Saúde são da responsabilidade da Câmara. A responsabilidade por esse equipamento é da responsabilidade da ARS, é do Estado, se a Câmara está a fazer isso aqui ou ali, está a ultrapassar as suas competências, sujeita a ser analisada pelo Tribunal de Contas, que não concorda com estas actuações. Devo dizer que há uma Câmara neste País, que comprou um terreno para oferecer para a instalação de uma escola e quando o Tribunal de Contas lá foi chamou à atenção que estava a cometer uma ilegalidade. Portanto todas as intervenções que



temos feito em Centros de Saúde e de facto têm sido algumas, é ultrapassando as nossas responsabilidades, o que não quer dizer que não venhamos a fazer.

Em relação ao Centro Educativo, acho estranho mas vou ver, porque falou-se nisso de facto, como sabe o projecto está praticamente feito e o que nos tínhamos comprometido, era que efectivamente o projecto ficaria feito no início de 2005, para se avançar com a obra. Acho realmente muito estranho se não aparece aqui, ou não está com a designação certa, ou houve algum lapso.

Relativamente à questão que vem sempre a esta Assembleia, de uma vez por todas queria voltar a explicar, é a questão do saneamento da Maceira.

Esta questão do saneamento da Maceira, é uma obra que está a ser realizada pela SIMLIS, que foi um resultado daquilo que já hoje se falou aqui, de processos de requalificação da Maceira, resultou a obra do saneamento. Para esta obra, ficou decidido que seria financiada por três entidades a saber – fundos comunitários 75%, INAG 15% e Câmara Municipal de Leiria 10%. Foi feita uma candidatura aos fundos comunitários, é uma obra com duas grandes fases, a primeira fase foi candidatada aos fundos comunitários, teve cobertura foi aprovada e homologada e a obra foi feita. A segunda fase, que é uma fase maior, foi candidatada e entretanto os fundos comunitários que deveriam dar cobertura a essa obra, em termos de CCR esgotaram e portanto, daí a razão da sua interrupção. Qual é a perspectiva? O reforço desses fundos nesta renegociação, que foi feita em Bruxelas há muito pouco tempo e neste momento já foi aprovada essa renegociação de reforço desses fundos comunitários e está em fase de redistribuição pelas CCR'S. A informação que tenho é que esta obra vai efectivamente ser reforçada, mas a verdade é que foi esta a razão de ser.

Quando foi feito o protocolo que deu origem a esta responsabilidade tripartida, a Câmara de Leiria previu isso no seu orçamento, o INAG tem esse dinheiro mas não foram acautelados devidamente os fundos comunitários e quando chegou ao respectivo programa que iria financiar esta obra, os fundos comunitários não deram resposta. O senhor Febra também já sabe isso e sabe que temos andado a pressionar para que o assunto seja resolvido .

Relativamente aos problemas da água, aliás é um assunto que vai ser abordado no ponto seguinte, uma das apostas que estamos a fazer é em investimentos de substituição em relação às tubagens da água que estão na maior parte dos casos, caducas, velhas e que tem que ser renovadas e substituídas para podermos ter abastecimento de água no que respeita à rede interna, porque relativamente à água



em alta que virá numa primeira fase de Amor, depois da Mata do Urso e depois do Mondego, que faz parte do objecto de trabalho das águas do Mondego. Neste momento está já em concurso uma conduta adutora significativa, que irá resolver o problema do abastecimento de água à cidade definitivamente. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Vamos passar à votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2005 da Câmara Municipal de Leiria.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, deliberou por maioria, com onze votos contra e quatro abstenções, aprovar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2005, da Câmara Municipal de Leiria.

<p>3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO (2005-2008) E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2005 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA - Apreciação, discussão e votação;</p>
--

Estão abertas inscrições!

Não há inscrições, vamos passar à votação deste ponto.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, deliberou por maioria, com seis votos contra e cinco abstenções, aprovar as Grandes Opções do Plano (2005-2008) e o Orçamento para 2005, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Apenas para fazer uma declaração de voto.



O Partido socialista vota contra este plano e orçamento, por entender que a Câmara Municipal não está a fazer o esforço que entendemos necessário, no sentido de em prazos razoáveis e o Partido Socialista teve como meta nas últimas eleições autárquicas concluir o saneamento no nosso concelho durante o mandato, propusemos que a derrama fosse dedicada a esta área para que mais rapidamente se pudesse fazer esse investimento, e isso divide-nos de sobremaneira em relação à maioria.

Relativamente ao ponto anterior, gostaria de dizer, porque não me foi dada a palavra, à Sr.^a Presidente de Câmara, que deu algumas respostas técnicas mas não deu respostas políticas, porque a questão que se coloca e que foi aqui denunciada e não foi só hoje, por diferentes Presidentes de Junta, é que o colocar consoante as regras do POCAL as rubricas nos orçamentos é essencial e todos estamos de acordo. O que nós não estamos de acordo, é como se orçamenta verbas com milhões de euros e depois não se aplica coisa nenhuma. E sobretudo, as respostas que os planos não dão, que era importante para os munícipes, era essencial como instrumento de trabalho para os senhores Presidentes de Junta, e para todos nós, saber no caso de haver uma determinada verba, quais são as obras prioritárias, quais são os investimentos que se elegem para a autarquia como prioritários e em que freguesia. Porque é que se investe em postos médicos num lado e não noutro, isso deixa sempre uma suspeição que passou a confirmação em muitos casos, que naturalmente as Juntas de Freguesia dos partidos da oposição têm um tratamento diferente das outras Juntas de Freguesia. Veja-se o que aconteceu com o Coimbrão, que foi aqui denunciado, com o Souto da Carpalhosa e com outras Juntas de Freguesia.

Hoje, ao aprovarmos aqui estes planos e estes orçamentos, continuamos a não saber o que é que se vai fazer, aonde e qual a prioridade, se é nesta ou naquela freguesia. Essa é que é a questão política e à qual este plano e este orçamento não nos dá resposta, e no fundo a Sr.^a Presidente refugiou-se em explicações meramente técnicas e não foi às políticas. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Então para explicar, dava a palavra à Sr.^a Presidente para responder!

PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.^a Isabel Damasceno Campos)

Relativamente à declaração de voto que fez sobre os SMAS, deixava apenas esta nota:



Provavelmente o esforço que o senhor acha que era necessário, Sr. Deputado Luís Pinto, deixou de ser feito desde que um elemento do Partido Socialista abandonou há dois ou três meses os Serviços Municipalizados e aí acabou o esforço.

É curioso também, como é que até hoje foi a primeira vez que o orçamento e o plano dos SMAS foi votado contra pelo Partido Socialista. Fica esta nota.

Relativamente à acusação que acho gravíssima, que o senhor fez, da discriminação por partido, considero inadmissível e o senhor Deputado Luís Pinto sabe que não é verdade. E aprova que não é verdade, é que pode perguntar aos seus quatro ou cinco Presidentes de Junta do seu partido, porque é que se abstiveram na votação do plano e do orçamento. Fica só a nota.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

4. 2ª REVISÃO (34ª MODIFICAÇÃO) ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2004 DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;

Dou a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara.

PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Agora é realmente uma nota técnica, que tem a ver com o facto de quando se transita de um ano para o outro, haver um saldo contabilístico que tem que ser integrado no orçamento do ano seguinte. Isto é, o saldo que passou de 2003 para 2004, que tem que ser integrado no orçamento de 2004. É apenas isto.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições, vamos passar à votação!

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, deliberou por maioria, com dois votos contra e seis abstenções, aprovar a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2004, da Câmara Municipal de Leiria.

**5. FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM -
Apreciação, discussão e votação;**

Dou a palavra à Sr.ª Presidente!

PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Penso que a deliberação é suficientemente elucidativa, mas queria dar só uma nota.

Esta taxa, que foi criada no âmbito da Lei n.º 5/2004, prevê o pagamento exactamente no valor 0,25% sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviço de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo e tem como objectivo ressarcir os municípios pelo facto de estarem a utilizar espaço público para passar as redes e ao mesmo tempo, pela danificação que normalmente fazem pela utilização desse mesmo espaço público.

Ficou esta nota final na deliberação, pelo facto de a lei não ser clara, por não se saber como é que se vai recolher esta receita ou seja, quando a Associação Nacional de Municípios iniciou esta negociação no sentido dos municípios virem a ter esta receita, o objectivo era que isto incidisse sobre os lucros das empresas e não sobre o consumidor. Como a lei não é claramente objectiva sobre isto, a deliberação que a Câmara tomou, foi propor esta taxa mas com a condição de que só será aplicada quando ficar perfeitamente esclarecido, aliás consta da deliberação, que não irá incidir sobre os munícipes mas apenas uma receita a recolher sobre os lucros das próprias operadoras. Interessa que seja fixada para que logo que venha o referido esclarecimento, possamos cobrar.

É uma receita que pode ainda ter algum peso, não temos a certeza do valor porque as operadoras de telecomunicações não têm informação das receitas por concelho, têm informação da receita por rede, mas de qualquer das formas foi proposta com esta condicionante.



PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea f), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, deliberou por maioria, com cinco votos contra e uma abstenção, estabelecer a Taxa Municipal de Direitos de Passagem e fixar em 0,25% sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município de Leiria, desde que este custo seja suportado pela Empresa.

6. NOMEAÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA PARA A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LEIRIA (MANDATO DE 2004/2005)- apreciação e votação;

A Mesa aguarda, que os grupos municipais entreguem as suas propostas para a nomeação destes quatro elementos.

Portanto, há uma proposta de consenso, com os seguintes nomes: Susana Ervilha, Cidadãos Independentes, Isabel Gonçalves, do Partido Socialista, Rute Pinho, do CDS/PP e Laura Esperança, do PPD/PSD.

Ora uma vez que é uma lista de consenso e já estão indicados os nomes, que representam as quatro forças políticas desta Assembleia, será dispensada a votação secreta .

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade indicar para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Leiria, as senhoras Deputadas : Susana Ervilha, Cidadãos Independentes, Isabel Gonçalves, do Partido Socialista, Rute Pinho, do CDS/PP e Laura Esperança, do PPD/PSD.

7. PLANO DE PORMENOR DA ALMUINHA GRANDE – ALTERAÇÕES SUJEITAS A REGIME SIMPLIFICADO – Apreciação, discussão e votação;



Dou a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara!

PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.^a Isabel Damasceno Campos)

Trata-se efectivamente de uma alteração de pormenor, simplificada e estão explicadas na deliberação camarária, quais são as alterações que foram contempladas.

A clarificação do quadro regulamentar da área total de equipamento previsto para o lote 63, que é o lote da Cooperativa Agrícola, o único lote daquele lado que tem possibilidade de construção e o que está explicado é que esse lote tem a possibilidade de incluir um aumento de 1% da área total de construção do plano e que no fundo corresponde aquilo que hoje já lá está construído e que não está previsto no Plano de Pormenor, é uma correcção exactamente a essa área.

Depois há uma correcção de erros de natureza regulamentar tais como a especificação do uso terciário, propondo-se uma única categoria designada por – “Comércio/Serviços”, isto é, o plano era demasiado pormenorizado e tinha um determinado lote que só dava para comércio, outro só dava para serviços. Se por hipótese, uma pessoa quisesse lá pôr as duas coisas, estaria impedida pela especificidade do plano e o que agora se está a prever é que um lote tenha a possibilidade de pôr Comércio/Serviços.

Estava previsto também no plano de pormenor, aquando da sua publicação, a localização naquele espaço do Mercado do Levante, que não faz sentido hoje em dia e foi retirada essa hipótese de lá, a remoção do Horto Municipal porque no sítio onde estava previsto, hoje está instalada aquela zona desportiva e por último, a contemplação da passagem aérea que já lá está e que foi previsto fazer-se com uma suspensão do plano e que irá agora lá ser contemplada.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b), do n.º 3, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, delibera por maioria, com um voto contra e três abstenções, aprovar as



alterações ao Plano de Pormenor da Almuinha Grande, sujeitas a regime simplificado .

8. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA –Apreciação, discussão e votação;

Dou a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara!

PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.^a Isabel Damasceno Campos)

Relativamente a este ponto trata-se de vários protocolos para todas as Juntas de Freguesia, contemplam pavimentações ou requalificações de arruamentos e também muitas na área escolar, para reabilitações de várias escolas e um outro protocolo para a construção do mercado municipal da Maceira, que irá ser levado a efeito pela respectiva Junta de Freguesia.

Relativamente à alteração de objecto que julgo vos foi hoje distribuída, foram alteradas as ruas que inicialmente estavam na deliberação, das freguesias da Chainça e de Regueira de Pontes e portanto o que irá ser também aprovada é esta alteração de objecto.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Não há inscrições, vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea s), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, delibera por unanimidade aprovar os protocolos de delegação de competências, com as respectivas alterações introduzidas nos objectos de protocolo das Freguesias de Chainça e Regueira de Pontes.



Senhores Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos, agradeço a vossa presença, desejando a todos um Feliz Natal, um próspero ano de 2005 e convido-vos a tomar uma pequena merenda no âmbito desta quadra festiva.





ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 23.30 horas, mandando que de tudo para constar, se lavrasse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, lavrei e subscrevo.-----

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão ordinária de 24 de Fevereiro de 2005, deliberou por maioria, com duas abstenções, aprovar a acta .-----
Leiria, aos 24 dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e cinco.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

(José António Sousa e Silva)

A Assistente Administrativa Especialista

(Teresa Paula Pinto)